



Congresso mantém veto do governo ao reajuste do Judiciário

As greves dos servidores do Judiciário, que acontecem desde o meio do ano em diferentes estados, não foram suficientes para influenciar os parlamentares a derrubarem o veto total da presidente Dilma Rousseff do projeto de lei que reajustava o salário dos servidores do Judiciário em até 78,56%.

O plenário do Congresso Nacional decidiu na noite desta terça-feira (17/11), em votação em separado, manter o veto do reajuste previsto no Projeto de Lei 7.920/14. Segundo o governo, o reajuste causaria um impacto financeiro de R\$ 27,5 bilhões aos cofres públicos nos próximos quatro anos.

Para derrubar o veto eram necessários 257 votos sim, mas os deputados favoráveis à queda do dispositivo só conseguiram 251, uma diferença de 6 votos, contra 132 dos que votaram a favor da manutenção do veto. Foram 11 abstenções. Com o resultado, a matéria não precisou ser analisada pelos senadores.

Após o resultado, servidores do Judiciário que ocupavam as galerias se manifestaram contra a decisão do plenário. Eles gritaram palavras de ordem contra a manutenção do veto, como “sem reajuste não vai ter eleição”, uma referência a uma possível greve no Judiciário no próximo ano, de eleições municipais.

Ao colocar em votação, já no começo da madrugada, o veto do governo ao reajuste das aposentadorias da Previdência Social em valores acima do salário mínimo pelo mesmo índice aplicado ao salário mínimo, a oposição entrou em obstrução e o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), por falta de quórum encerrou a sessão, marcando outra para esta quarta-feira, às 11h30. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

18/11/2015